

**C
E
S
A**

colecção

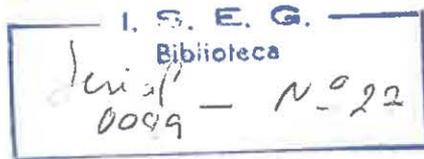
Documentos de Trabalho

João Dias

***As actuais importações
portuguesas com origem
nos PALOP e a
importância da anterior
ligação colonial***

Documento de Trabalho nº 27

Lisboa
1993



Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O CEsA não confirma nem infirma quaisquer opiniões neles expressas.

O presente texto foi apresentado como comunicação ao I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, realizado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto entre 5 e 8 de Abril de 1993.

João Dias

**As actuais importações
portuguesas com origem nos
PALOP e a importância da
anterior ligação colonial**

I. Introdução

As actuais importações portuguesas com origem nos PALOP têm uma expressão bastante reduzida, representando no seu conjunto apenas cerca de meio ponto percentual em relação ao total. Se excluirmos o petróleo importado de Angola, a importância dos PALOP cai ainda mais, representando, em 1990, uns meros 0.1 por cento das importações portuguesas sem combustíveis.

Tais valores contrastam fortemente com o observado para o período anterior à descolonização, registando-se então percentagens dos PALOP na ordem dos 10 a 15 por cento (anexo 1). Naturalmente que esta queda é compreensível tendo em conta a ruptura verificada em 1974-75 e não é, de resto, fenómeno exclusivo da tardia descolonização portuguesa. Também em França, no Reino Unido, Holanda ou Bélgica as ex-colónias representam presentemente uma parte mínima nas respectivas importações.

À redução do papel das ex-colónias enquanto fornecedoras da ex-metrópole corresponde também uma queda da importância do mercado português enquanto destino das exportações dos PALOP, embora aqui o contraste entre a situação antes e pós independência destes países seja menos acentuada. De qualquer forma, apenas no caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde Portugal absorve agora mais de 10% (no caso, entre 20 e 30%) do total das suas exportações.

Apesar da actual maior distanciação entre Portugal e os PALOP operada pela descolonização, alguns elementos especiais de ligação permanecem, traduzidos, por exemplo, na aproximação gerada pela língua comum ou outros elementos de natureza cultural, para além de factores de pendor acentuadamente económico, como seria o caso das facilidades geradas pelo conhecimento dos mercados e a existência de algumas redes de ligação pessoais. Mas terão afinal estes elos alguma influência prática nas exportações dos PALOP para Portugal? Os valores acima apresentados sugerem que não. Contudo, a resposta a esta questão não pode ser dada observando apenas os valores actuais envolvidos: é necessário confrontar estes com os valores hipotéticos que existiriam em condições "normais", isto é, no caso de

não existirem quaisquer laços especiais a ligar ambas as áreas.

Neste texto faremos uma primeira aproximação à importância que as ligações especiais, resultantes do anterior passado comum, têm nas exportações dos PALOP para Portugal, modelizando estes efeitos através da utilização de um modelo gravitacional.

II. Modelização dos efeitos

A utilização de modelos gravitacionais para explicar os fluxos comerciais entre países ou áreas remonta aos trabalhos de Tinbergen (1962) e Poyhonen (1963), entre outros, mas a sua especificação *standard* resulta do trabalho de Linnemann (1966). Partindo da formulação deste autor, serão posteriormente feitas várias aplicações do modelo, nomeadamente na determinação dos efeitos de criação e desvio de comércio decorrentes da criação da CEE (Aitken, (1973)) ou dos esquemas de integração na América Latina (Lowry (1973); Thoumi (1989)), na medição dos efeitos da criação dos diversos esquemas SPG (Sapir, (1981)) ou mesmo na detecção do impacto da criação do COMECON (Pelzman (1977); Brada e Méndez (1985)). O efeito nas exportações resultante da concessão de vantagens preferenciais por parte da CEE a antigas colónias dos países membros foi também investigado através do modelo gravitacional, relativamente aos signatários da convenção de Yaoundé (Aitken e Obutelevsky, (1976)) ou da convenção de Lomé (Dias, (1992)).

O sucesso do modelo, devido ao razoável grau de ajustamento deste aos dados observados, levou mesmo Anderson (1979) a considerá-lo como "provavelmente o mais bem sucedido dispositivo de análise empírica do comércio", pesem embora algumas limitações na sua aplicação. Alguns desenvolvimentos posteriores a Linnemann pretenderam também justificar teóricamente o modelo - casos de Anderson (1979), que o obtém a partir das propriedades do Sistema Linear de Despesa; de Bergstrand (1985), que o deriva a partir de um modelo de comércio mundial de equilíbrio geral -, mesmo se numa versão mais geral,

como o "Extended Gravitational Model" desenvolvido por Bikker (1987; 1992) a partir directamente das equações de oferta e procura.

O sugestivo termo "gravitacional" tem origem no facto de, nestes modelos, se considerar que as trocas comerciais entre países podem, em termos muito gerais, supor-se resultado da interacção de forças que actuam no sentido de as favorecer e de forças que, pelo contrário, criam obstáculos à sua expansão. Deste conjunto de forças destacam-se as referentes ao potencial de oferta do exportador e de procura do importador, bem como as referentes aos factores de resistência ou de incentivos às trocas, materializados respectivamente na distância geográfica entre os países e nos eventuais relações preferenciais que estes estabelecem entre si (ver Linnemann (1966) e as restantes referências para uma discussão completa, incluindo as limitações do modelo).

Na sua formulação básica o modelo gravitacional pode representar-se por,

$$(1) \quad X_{ij} = AN_i^{b_1} Y_i^{b_2} N_j^{b_3} Y_j^{b_4} D_{ij}^{b_5} P_{ij}^{c_1} e^{u_{ij}}$$

onde X_{ij} designa as exportações do país i para o país j , Y o rendimento (PNB ou PIB) e N a população. D_{ij} representa a distância entre os países e P_{ij} é uma variável artificial que especifica a existência ou não de relações preferenciais, resultantes de quaisquer ligações particulares, entre o país exportador e o país importador; u é uma variável aleatória residual com as propriedades habituais requeridas para a estimação do modelo.

Linarizando o modelo (1) através da aplicação de logaritmos vem,

$$(2) \quad \log X_{ij} = b_0 + b_1 \log N_i + b_2 \log Y_i + b_3 \log N_j + b_4 \log Y_j + b_5 \log D_{ij} + c_1 \log P_{ij} + u_{ij}$$

sendo agora fácil estimar os parâmetros, se se dispuser da necessária informação estatística.

Na aplicação que iremos fazer utilizaremos os dados referentes a um vasto conjunto de países (22 da OCDE e 98 PVD) pelo que será necessário introduzir um razoável número de variáveis artificiais (13), de forma a cobrir a diversidade de situações em termos de relações especiais envolvendo país exportador e país importador. Em particular, será

necessário distinguir as especificidades das situações que envolvem as trocas dos países membros da CEE com respectivas as ex-colónias, para além da redistribuição das vantagens preferenciais de acesso ao mercado da Comunidade que a convenção de Lomé veio introduzir. Considerámos apenas as exportações dos PVD para os países da OCDE, excluindo portanto as trocas dos segundos para os primeiros ou dentro de cada grupo. Uma vez que as exportações dos PVD são constituídas em larga medida por produtos primários, é de supor que as importações destes produtos por parte de determinado país sejam também influenciadas pela disponibilidade ou não de tais produtos no território nacional. Por essa razão, incluimos a variável área como "proxy" da disponibilidade de recursos naturais no país, sendo de esperar que países com grande território tenham mais recursos naturais e, portanto, menos necessidade de recorrer à sua importação. Assim, do lado do importador é de esperar um coeficiente com sinal negativo para esta variável. Incluímos também a variável área para o exportador, embora aqui não seja clara a sua importância ou o sentido da sua possível influência.

O modelo final estimado virá,

$$(3) \quad \log X_{ij} = b_0 + b_1 \log N_i + b_2 \log Y_i + b_3 \log N_j + b_4 \log Y_j + b_5 \log D_{ij} \\ + c_1 \log P_1 + \dots + c_{13} \log P_{13} + d_1 \log (Area_i) + d_2 \log (Area_j) + u_{ij}$$

onde P_{10} é a variável artificial referente às exportações dos PALOP para Portugal; P_2 a relativa às exportações do Zaire, Burundi ou Rwanda para a Bélgica ou do Suriname para a Holanda; P_1 a correspondente às exportações das ex-colónias francesas para França e P_3 a relativa aos fluxos com origem nos PVD da Commonwealth (pertencentes à convenção de Lomé) e dirigidos ao Reino Unido¹.

¹ Para uma completa descrição das variáveis preferenciais e das fontes utilizadas ver anexo 3.

III. Principais resultados

O modelo (3) foi estimado para todos os anos de 1972 a 1988, embora não se apresentem aqui os resultados completos para todo este período. Apesar do elevado número de variáveis envolvidas, discutiremos apenas as mais relevantes para a presente análise. Dadas as perturbações introduzidas pelas variações nos preços do petróleo, a análise será sempre baseada nos fluxos totais excluindo combustíveis.

3.1 A relação colonial

No Quadro 1, apresentam-se as estimativas dos coeficientes do modelo (3) para o ano de 1972 (prévio à descolonização e aos choques petrolíferos de 1973/1974). Os resultados obtidos, em termos de magnitude, sinal e significância dos coeficientes estão de acordo com o esperado, incluindo os relativos à população, rendimento ou distância. Porque estamos sobretudo interessados nas variáveis preferenciais, não iremos prestar particular atenção às restantes variáveis. Refira-se, de qualquer forma, a importância revelada pela variável relativa à área do país importador, ao contrário da área do país exportado².

A importância da ligação colonial é bem expressa pelo elevado valor obtido para o coeficiente de P_{10} , igual a 5.46 em ambos os anos 1972 e 1973. Isto significa que as exportações dos PALOP para Portugal foram, nestes anos, mais de duzentas vezes³ superiores

² No entanto, para alguns anos, também o coeficiente relativo à área do exportador vem estatisticamente significativa (com sinal negativo), embora sempre com um valor absoluto bastante baixo.

³ Tomámos para as variáveis preferenciais os valores e (não 2 como é usual) e 1 ou seja, tomando logaritmos naturais, 1 e 0, conforme se verifica ou não uma particular relação entre exportador e importador. Deste modo, considerando as exportações dos PALOP para Portugal, estas vêm ampliadas pelo factor $e^{5.46} = 235$ relativamente ao que seria "normal" dadas as

Quadro 1

Estimativas para o modelo (3), 1972 (total sem combustíveis)

variável	coef.	t ^(*)
Const.	-0.59	-0.50
Ni	-0.35	-4.85
Yi	1.34	20.67
Nj	-0.24	-1.97
Yj	1.46	13.25
Dij	-0.83	-6.89
P1	2.75	5.21
P2	2.82	2.62
P3	1.73	4.04
P4	0.52	1.40
P5	-0.75	-1.65
P6	-0.86	-3.66
P7	-1.08	-2.47
P8	-0.14	-0.55
P9	1.07	2.18
P10	5.46	5.78
P11	1.70	1.82
P12	-1.06	-3.22
P13	0.54	2.20
Area _i	-0.03	-0.84
Area _j	-0.39	-9.93

Nº observações=1412; R²=0.57

(*) refere-se à estatística t

características dos países envolvidos, na ausência de qualquer vínculo particular entre eles.

às que seriam de esperar se entre estes países e Portugal não existisse nenhuma ligação particular (no caso, colonial).

Comparando o coeficiente de P_{10} com o relativo às variáveis preferenciais das que envolvem a França (P_1), a Bélgica ou Holanda (P_2) ou o Reino Unido (P_3) e as respectivas ex-colónias signatárias da convenção de Lomé, o contraste é bem evidenciado pelo facto de a segunda mais forte ligação preferencial, precisamente a que envolve os mais pequenos países e as anteriores colónias, se traduzir num efeito notavelmente mais baixo. De qualquer forma, passados mais de dez anos após a descolonização, este efeito não é negligenciável, traduzindo-se na multiplicação dos fluxos comerciais das ex-dependências para as ex-metrópoles em mais de dez vezes o "normal" nos casos que envolvem a Bélgica/Holanda e a França e cerca de seis vezes no caso do Reino Unido.

A situação envolvendo a Espanha e os países da América Latina suas antigas possessões (P_9) é também interessante. Aqui os laços de ligação são muito mais ténues: a descolonização decorreu já há muitos anos e, nas últimas décadas, as economias de um e outro lado não tinham muito a oferecer-se mutuamente (Kleiman, (1976;1978)), pelo que as importações de Espanha provenientes destes países registam uma menor influencia dos laços culturais existentes entre ambos⁴

3.2 O período pós-colonial

Como seria de esperar, o coeficiente de P_{10} reduz-se substancialmente no período pós-descolonização, passando de 5.46 em 1972/73 para 4 ou um pouco menos em anos mais recentes (Quadro 2). É interessante notar que o seu valor é agora muito semelhante ao

⁴ Apesar de tudo, o coeficiente de P_9 vem significativo e talvez mais elevado do que o esperado. Em Dias (1992) foram utilizadas outras fontes para o PNB, tendo então o coeficiente vindo estatisticamente não significativo e bastante inferior. Alguma reserva é necessária na interpretação dos resultados obtidos, tendo em conta a deficiente qualidade das estatísticas referentes aos PVD.

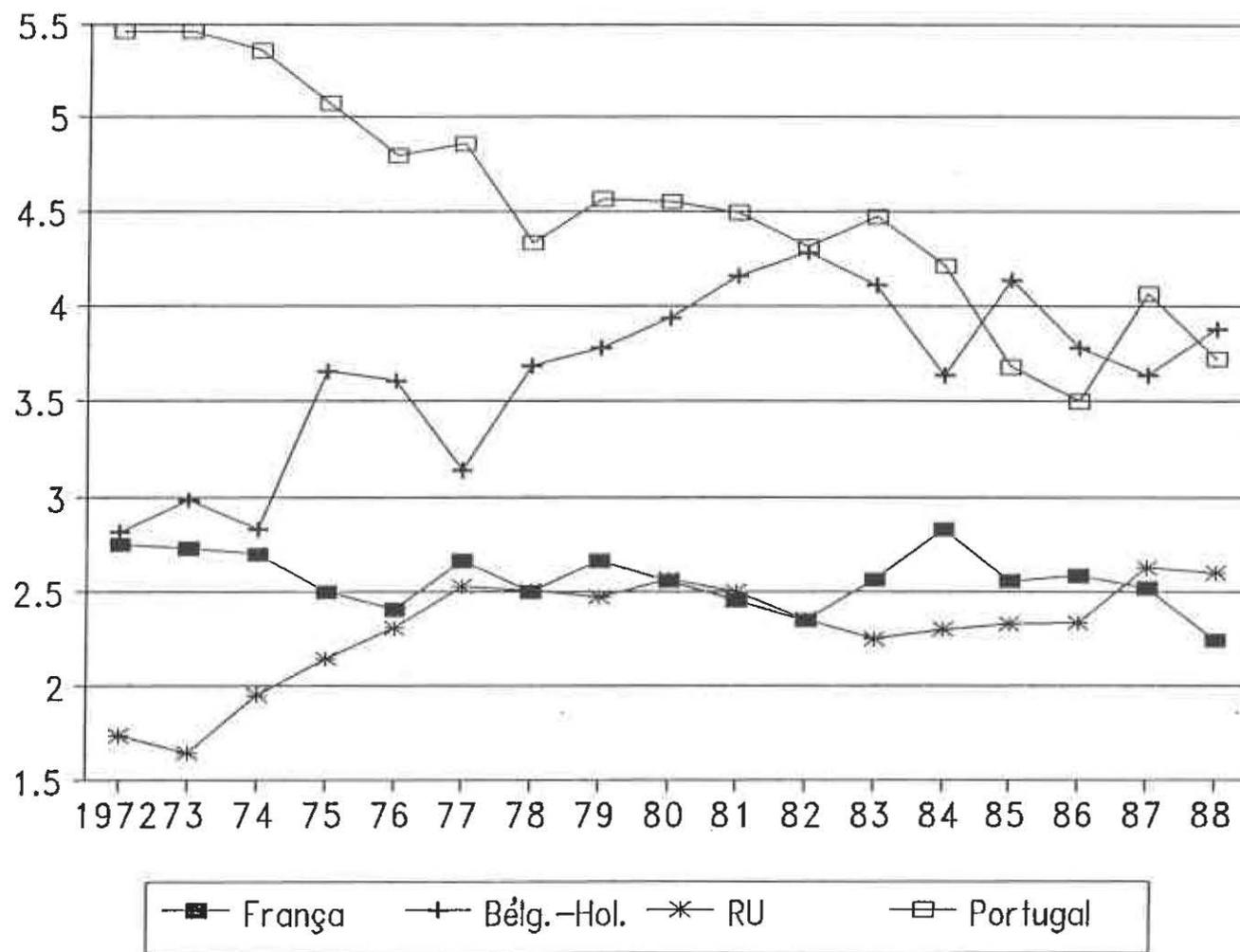
referente ao coeficiente de P_2 , isto é, o que envolve a Bélgica e a Holanda e as ex-colónias destes países (após uma fase de crescimento deste último coeficiente nos primeiros sete anos da convenção de Lomé). Os coeficientes das variáveis preferenciais referentes às exportações dos Commonwealth (incluídos na convenção de Lomé) para o Reino Unido e das ex-colónias francesas para França situam-se a um nível significativamente mais baixo, mas curiosamente agora muito semelhantes entre si, após a aproximação operada por P_3 a P_1 nos anos de 1974 a 1976 (ver gráfico).

Quadro 2
Evolução da influência das variáveis preferenciais (*)

	1972	1973	1976	1984	1988
P_1	2.75	2.73	2.41	2.83	2.24
	5.21	5.28	4.51	5.08	4.51
P_2	2.82	2.98	3.61	3.64	3.88
	2.62	2.81	3.18	3.07	3.55
P_3	1.73	1.64	2.31	2.30	2.60
	4.04	3.80	5.69	5.89	7.14
P_{10}	5.46	5.46	4.79	4.21	3.72
	5.78	5.89	4.83	4.54	3.90

(*) para cada variável, a primeira linha indica a estimativa do coeficiente e a segunda linha o rácio t

Evolução dos coeficientes das variáveis preferenciais envolvendo Portugal, França, Bélgica-Holanda e Reino Unido e as respectivas ex-colónias.



IV. Conclusão

Apesar dos reduzidos níveis das exportações dos PALOP para Portugal referidos no início do texto, os valores envolvidos têm que ser, naturalmente, analisados tendo em conta as relações particulares envolvendo estes países no passado e a projecção destas relações nos laços específicos que ainda os ligam no presente. Passada uma década após a independência dos PALOP, a influência destes laços traduz-se num valor das suas exportações para Portugal entre trinta e cinquenta vezes aquilo que seria de esperar na ausência de tais vínculos.

Naturalmente que a existência de trocas pressupõe disponibilidade de produtos para trocar, pelo que estas exportações teriam outra expressão se a oferta dos PALOP fosse mais alargada, incluindo um amplo leque de produtos manufacturados. Isto tem que ver com desenvolvimento económico (e inexistência de conflitos armados internos). De qualquer forma, a conclusão básica a tirar dos resultados obtidos é a de que, no caso dos PALOP como aliás noutros países, os elementos de ligação que permanecem depois da descolonização têm ainda uma influência forte na orientação das exportações, constituindo forças de aproximação que se opõem às distâncias económica e geográfica.

ANEXO 1

Peso dos PVD e dos PALOP no total das importações portuguesas

	1958	1961	1966	1971	1976	1981	1986	1991
PVD	27.6	25.4	25.6	23.7	21.9	26.6	19.3	13.1
PALOP	14.7	12.3	13.3	12.9	2.3	0.4	0.8	0.5
.Angola	4.9	4.4	8.2	9.1	1.0	0.2	0.8	0.4
.Cabo Verde	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
.Guiné-Bissau	1.6	1.2	0.3	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0
.Moçambique	7.7	6.3	4.4	3.4	1.1	0.2	0.0	0.1
.São Tomé e Príncipe	0.5	0.3	0.3	0.2	0.1	0.0	0.0	0.0

Fonte: calculado com dados de Eurostat, *Comércio externo - Anuário estatístico*, 1984 e 1992 e INE, *Estatísticas do Comércio Externo*, 1986

ANEXO 2

Importações mundiais e de Portugal com origem nos PALOP

		1966	1971	1976	1981	1986	1991
Portugal	Angola	83.5	166.7	41.2	15.3	75.1	100
	Cabo Verde	0.7	1.4	0.8	3.5	1.4	3.1
	Guiné-Bissau	2.7	2.5	4.3	3.1	1.8	4.3
	Moçambique	44.9	59.8	49.9	18.4	2.6	16.8
	São Tomé e Príncipe	2.6	2.7	2.6	1.4	0.4	0.3
Mundo	Angola	234.3	519	646	1775	1715	3399
	Cabo Verde	0.7	2	2	5	5	10
	Guiné-Bissau	6.1	5	7	17	8	22
	Moçambique	113.6	202	323	384	130	417
	São Tomé e Príncipe	2.7	3	5	15	7	4

Fonte: FMI, *Direction of Trade Statistics Yearbook*, vários anos. Notar que os valores para as importações mundiais posteriores a 1966 vem arredondados.

ANEXO 3

Para a estimação do modelo, utilizámos todos os PVD para os quais foi possível obter a necessária informação sobre a população e o PIB, ou seja, um total de 98 países⁵. Do lado dos importadores, considerámos todos os países da OCDE com excepção da Islândia (22 países).

Quanto às variáveis artificiais -que, após aplicação de logaritmos, assumirão o valor 1 se se verificar a condição a que se referem e 0 no caso contrário-, discriminámos as seguintes situações de forma a englobar as principais relações específicas entre exportador e importador:

- P₁ - se se trata de exportações de ex-colónias francesas para a França;
- P₂ - para as exportações do Zaire, Burundi, Ruanda para a Bélgica-Luxemburgo ou do Suriname para a Holanda
- P₃ - fluxos dos Commonwealth pertencentes ao grupo ACP, para o Reino Unido;
- P₄ - exportações para a CEE6 dos signatários da convenção de Lomé sem nenhuma ligação especial, em 1975, aos países membros da CEE6 ou ao Reino Unido;
- P₅ - " dos PVD ligados à convenção de Yaoundé, para o Reino Unido;
- P₆ - " dos Commonwealth-ACP para a CEE6 excepto para França;

⁵ Aitken e Obutelewicz (1976) utilizaram apenas as exportações de 8 países africanos associados à CEE e 9 (8 países + conjunto Quênia, Tanzânia e Uganda) não associados, do lado dos exportadores. Do lado dos importadores consideraram os cinco da CEE6 (Bélgica-Luxemburgo considerados em conjunto) e 9 outros membros da OCDE.

- P₇ - " dos Commonwealth-ACP para a França;
- P₈ - " dos ACP para a Dinamarca ou Irlanda;
- P₉ - " da América Latina (exc. Brasil) para a Espanha;
- P₁₀ - " dos PALOP (Cabo Verde, STP, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) para Portugal;
- P₁₁ - " dos PVD da Commonwealth-Não-ACP para o Reino Unido;
- P₁₂ - " dos países mediterrânicos com acordos preferenciais com a CEE, para a CEE.
- P₁₃ - " dos PVD ligados à convenção de Yaoundé, para a CEE6, excluindo os casos ex-colónia/ex-metrópole já diferenciados em P₁ e P₂;

O modelo foi estimado para cada um dos anos de 1972 a 1988. As definições e principais fontes de informação utilizadas foram as seguintes:

- Fluxos comerciais, em milhares de US\$: importações registadas pelos países da OCDE (de qualidade muito superior aos dados relativos às exportações reportadas pelos PVD, pese embora o facto de, em geral, se referirem a valores cif), OCDE, *Statistics of Foreign Trade*, série C [parte fornecida em bandas magnéticas]. Para os anos de 1972 a 1975, e relativamente às exportações de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe para Portugal, foram utilizados os dados do FMI, *Direction of Trade Statistics Yearbook*, 1977.

- . PNB (milhares de US\$ a preços correntes) e população: Banco Mundial, edições de 1990 do *World Tables*, *Africa Economic and Financial Data* e *Social Indicators of Development*.

- . Distâncias: número de milhas náuticas entre os centros económicos dos países i e j. Nalguns casos, trata-se da distância entre os principais portos de origem e destino; para alguns países, entre os quais os países sem costa marítima, considerámos o principal porto que serve o país e acrescentámos a distância terrestre ao principal centro económico. Para este caso, uma vez que os custos de transporte por terra são, em geral, superiores ao preço de transporte por mar, além de que existem ainda os custos adicionais de transbordo, ensaiámos a estimação multiplicando por dois esta distância terrestre, mas os resultados não vieram significativamente diferentes.
As principais fontes de informação para as distâncias entre os portos foram: BP Tanker (1976), *World Wide Marine Distance Tables*; U.S. Naval Oceanographic Office (1965), *Distances Between Ports*; Carey e Reynolds (1978), *Reed's Marine Distance Tables*. Para as distâncias terrestres usámos diversos mapas, atlas e enciclopédias, particularmente Kurian, T. (1982), *Encyclopedia of the Third World*.

- . Área (Km²): CNUCED, *Handbook of international Trade and Development Statistics*, Supplement, 1987.

REFERÊNCIAS

- Aitken, Norman D. (1973), "The Effects of the EEC and EFTA on European Trade: A Temporal Cross-Section Analysis", *American Economic Review*, 63(5), pp. 881-892
- Aitken, N. D. e Lowry, W. R. (1973), "A Cross-Sectional Study of the Effects of LAFTA and CACM on Latin American Trade", *Journal of Common Market Studies*, 11(4), pp. 326-336
- Aitken, N. D. e Obutelewsky, R. S. (1976), "A Cross-Sectional Study of EEC Trade with the Association of African Countries", *Review of Economics and Statistics*, 58(4), pp. 425-433
- Anderson, J. E. (1979), "A Theoretical Foundation for the Gravity Model", *American Economic Review*, 69(1), pp.106-116
- Bergstrand, Jeffrey H. (1985), "The Gravity Equation in International Trade: Some Microeconomic Foundations and Empirical Evidence", *Review of Economics and Statistics*, 67(3), pp. 474-481
- Bikker, Jacob A. (1987), "An International Trade Flow Model with Substitution: An Extension of the Gravity Model", *Kyklos*, 40(3), pp. 315-337
- Bikker, Jacob A. (1992), "Internal and External Trade Liberalization in the EEC: An Econometric Analysis of International Trade Flows", *Economie Appliquée*, 45(3), pp. 91-119
- Brada, J. C. e Méndez, J. A. (1985), "Economic Integration among Developed, Developing and Centrally Planned Economies: A Comparative Analysis", *Review of Economics and Statistics*, 67(4), pp. 549-556

- Dias, João (1992), *Efeitos de vantagens preferenciais: o Impacto da Convenção de Lomé nas Exportações dos ACP para a CEE, 1975-1985*, Lisboa, UTL/ISEG (mimeo). Tese de Doutoramento em Economia
- Kleiman, Ephraim (1978), "Cultural Ties and Trade: Spain's Role in Latin America", *Kyklos*, 31(2), pp. 275-290
- Linnemann, Hans (1966), *An Econometric Study of International Trade Flows*, Amesterdão, North-Holland
- Pelzman, Joseph (1977), "Trade Creation and Trade Diversion in the Council of Mutual Economic Assistance: 1954-70", *American Economic Review*, 67(4), pp. 713-722
- Poyhonen, Pentti (1963), "A Tentative Model for the Volume of Trade Between Countries", *Weltwirtschaftliches Archiv*, 90(1), pp. 205-219
- Sapir, Andre (1981), "Trade Benefits under the EEC Generalized System of Preferences", *European Economic Review*, 15(3), pp. 339-355
- Thoumi, Francisco E. (1989), "Bilateral Trade Flows and Economic Integration in Latin America and the Caribbean", *World Development*, 17(3), pp. 421-429
- Tinbergen, Jan (1962), *Shaping the World Economy*, Nova Iorque, Twentieth Century Fund
- Torres, Adelino et al. (1991), *Portugal-PALOP: As relações económicas e Financeiras*, Lisboa, Escher

